

XIV SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA USFSCAR

A CRISE ÉTICO-POLÍTICA
CONTEMPORÂNEA:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS



Filosofia
UFSCar

De 17 a 21 de Setembro de 2018

XIV Seminário dos
Estudantes de Pós-
Graduação em Filosofia
da UFSCar

Caderno de Resumos

Índice

Apresentação do Evento	5
Programação	6
Lista dos Resumos (em ordem alfabética)	13
Adriano Ricardo Mergulhão	14
Ana Carolina de Carvalho Belmani	15
André Alves de Carvalho	16
André Dias de Andrade	17
André Luiz Nardim	18
André Santana Mattos	19
Caio Souto	20
Claudeni Rodrigues de Oliveira	21
David Ferreira Camargo	22
Edson Lenine Gomes Prado	23
Felipe Luiz	24
Gabriel Gurae Guedes Paes	25
Giovanna Braz	26
Graziele Gonçalves de Lima	27
Gustavo Gueraldini Michetti	28
Hegildo Holanda Gonçalves	29
Heliakim Marques Trevisan	30
Henrique Nascimento Guimarães	31
João Eduardo Torrecillas Sartori	32
João Paulo Rissi	33
Julia Maia Peixoto Camargo	34
Júlia Rodrigues Molinari	35
Larissa F. Rezino	36
Lili Pontinta Cá	37
Lívia Francisco Arantes de Souza	38
Lorena de Paula Balbino	39
Lucas Carvalho Peto	40
Maria Clara Pereira e Silva	41
Maria Eugênia Almeida de Campos Guimarães	42
Munique Gaio Filla	43
Natanailtom de Santana Morador	44
Nestor Reinoldo Müller	45

Paulo Jorge Barreira Leandro	46
Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni	47
Rafael Hyertquist Bordini	48
Rafaela F. Marques	49
Rauan de Oliveira Luiz	50
Rodrygo Rocha Macedo	51
Sacha Zilber Kontic	52
Taciane Alves da Silva	53
Tayrone Barbosa Justino Alves	54
Thiago Lemos Possas	55
Vanessa de Oliveira Temporal	56
Vinicius Xavier Hoste	57
Wagner Barbosa de Barros	58
Wellington Anselmo Martins	59

Apresentação do Evento

O Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar é um evento que tem o objetivo de criar um espaço acadêmico que favoreça o debate e a interação entre os estudantes de pós-graduação em filosofia da UFSCar e das demais universidades brasileiras, bem como divulgar a produção acadêmica discente dos programas de pós-graduação. O evento ocorre anualmente, nas dependências desta instituição, atualmente em sua décima quarta edição. Além das comunicações de trabalhos de pós-graduandos, a programação conta com palestras e minicursos, ministrados por professores convidados.

Nossa Proposta

Para propiciar um debate mais qualificado, adotamos no evento um formato no qual todos os apresentadores de trabalhos são também debatedores. Para que esta dinâmica funcione, os textos integrais das comunicações aprovadas poderão ser enviados antecipadamente pelos participantes à comissão organizadora até o dia 13 de setembro (o não envio não impede a participação no evento). Cada apresentador recebe a seguir um texto de área afim, alguns dias antes do evento, de outro apresentador da mesma mesa, e, com este em mãos, deve formular questões para debatê-las com o autor do trabalho, após a apresentação. Adotamos o tempo de até 30 minutos para a apresentação do trabalho e até 10 minutos para o debate.

Contamos com a participação de todos! Comissão Organizadora

Programação

17	18	19	20	21
<p>14:00-16:00:</p> <p>Minicurso: Prof.^a Dr.^a Marisa da Silva Lopes (UFSCar) - A amizade política em Aristóteles</p>	<p>14:00-16:00:</p> <p>Minicurso: Prof.^a Dr.^a Marisa da Silva Lopes (UFSCar) - A amizade política em Aristóteles</p>	<p>14:00-16:00:</p> <p>Mesa 3 (Bergson)</p> <p>Mesa 4 (Merleau-Ponty)</p> <p>Mesa 5 (Foucault)</p>	<p>14:00-16:00:</p> <p>Mesa 8 (Kant)</p> <p>Mesa 9 (Hegel)</p> <p>Mesa 10 (Moderna 1)</p>	<p>14:00-15:30:</p> <p>Mesa 14 (Contemporânea)</p> <p>Mesa 15 (Freud 1)</p>
<p>16:30-18:30:</p> <p>Mesa 1 (Linguagem)</p>	<p>16:30-18:00:</p> <p>Mesa 2 (Deleuze)</p>	<p>16:30-18:00:</p> <p>Mesa 6 (Sartre)</p> <p>Mesa 7 (Fenomenologia)</p>	<p>16:30-18:00:</p> <p>Mesa 11 (Rosseau)</p> <p>Mesa 12 (Política)</p> <p>Mesa 13 (Moderna 2)</p>	<p>16:00-18:00:</p> <p>Mesa 16 (Medieval)</p> <p>Mesa 17 (Antiga)</p> <p>Mesa 18 (Freud 2)</p>
<p>19:30-21:30</p> <p>Palestra: Prof.^a Dr.^a Mônica Loyola Stival (UFSCar) – Pensar a política como igualdade ou diferença?</p>	<p>19:30-21:30</p> <p>Palestra: Prof.^a Dr.^a Géorgia Cristina Amitrano (UFU) – As netas de todas as bruxas que não foram queimadas: feminismo e modos de exclusão.</p>	<p>19:30-21:30</p> <p>Palestra: Prof. Dr. Rogério Antônio Picoli (UFSJ) – A crise ética no auge do moralismo.</p>	<p>19:30-21:30</p> <p>Palestra: Prof. Dr. Edson Luis de Almeida Teles (UNIFESP) – Democracia e estado de exceção no Brasil pós ditadura.</p>	<p>19:30-21:30</p> <p>Palestra: Prof. Dr. Daniel Omar Perez (UNICAMP) – Psicanálise e política: a constituição das identificações coletivas como atores políticos a partir de Lacan e Laclau.</p>

Segunda-feira (17 de Setembro)

14h – 16h

Minicurso: Prof.^a Dr.^a Marisa da Silva Lopes (UFSCar) – A amizade política em Aristóteles.

16h30 – 18h

Mesa 1 (Linguagem) – Segunda-feira

Rafael Hyertquist Bordini - A metáfora da metáfora: Aristóteles, Nietzsche e o duplo estatuto dos tropos na linguagem.

Nestor Reinoldo Müller - Hans Blumenberg e a natureza da Metáfora.

Adriano Ricardo Mergulhão - Imaginação transcendental: Da infinitude imanente à transcendência finita. Uma interlocução entre Heidegger e Cassirer.

19h30 – 21h30

Palestra: Prof.^a Dr.^a Mônica Loyola Stival (UFSCar) – Pensar a política como igualdade ou diferença?

Terça-feira (18 de Setembro)

14h – 16h

Minicurso: Prof.^a Dr.^a Marisa da Silva Lopes (UFSCar) – A amizade política em Aristóteles.

16h30 – 18h

Mesa 2 (Deleuze)

André Luiz Nardim - A teoria das faculdades em Deleuze: *Proust e os Signos e Diferença e Repetição*.

Larissa F. Rezino - Dinâmicas do pensamento diferencial: a Reversão do Platonismo em Gilles Deleuze.

19h30 – 21h30

Palestra: Prof.^a Dr.^a Géorgia Cristina Amitrano (UFU) – As netas de todas as bruxas que não foram queimadas: feminismo e modos de exclusão.

Quarta-feira (19 de Setembro)

14h – 16h

Mesa 3 (Bergson)

Heliakim Marques Trevisan - O Riso, um aspecto social da inteligência em Bergson.

Paulo Jorge Leandro Benjoim - Bergson, Presença e Expressão: o problema da liberdade no *Ensaio*.

Vanessa de Oliveira Temporal - A definição bergsoniana de imagem.

Mesa 4 (Merleau Ponty)

André Dias de Andrade - A linguagem do transcendental: fenomenologia, referência e estrutura.

Edson Lenine Gomes Prado - Merleau-Ponty e a concepção romântica de natureza (Schelling, Bergson, Husserl).

Rafaela F. Marques - A espacialidade do corpo próprio na *Fenomenologia da percepção*.

Mesa 5 (Foucault)

Lívia Francisco Arantes de Souza - Arqueologia e genealogia nas considerações de Foucault sobre a história.

Lorena de Paula Balbino - O debate com o marxismo na analítica de poder de Michel Foucault.

Maria Eugênia Almeida de Campos Guimarães - A Arqueogenealogia de Michel Foucault como método de produção de conhecimento.

16h30 – 18h

Mesa 6 (Sartre)

Vinicius Xavier Hoste - Imaginário e realidade na concepção sartreana da beleza.

Gabriel Gurae Guedes Paes - Sartre e a nadificação na relação entre o juízo negativo e a situação.

Mesa 7 (Fenomenologia)

Tayrone Barbosa Justino Alves - Intencionalidade e Subjetividade na Fenomenologia de Edmund Husserl.

Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni - A estrutura da autoconsciência na teoria de Aron Gurwitsch: apresentação e crítica.

Taciane Alves da Silva - Heidegger e a significatividade do mundo.

19h30 – 21h30

Palestra: Prof. Dr. Rogério Antônio Picoli (UFSJ) – A crise ética no auge do moralismo.

Quinta-feira (20 de Setembro)

14h – 16h

Mesa 8 (Kant)

Ana Carolina de Carvalho Belmani - A relação entre forma e finalidade no juízo de gosto.

João Paulo Rissi - Uma possível aproximação entre o Imperativo Categórico e o Fato da Razão.

Wagner Barbosa de Barros - Kant e a insociável sociabilidade como limite entre a antropologia fisiológica e a pragmática.

Mesa 9 (Hegel)

Claudeni Rodrigues de Oliveira - A "lei do coração" e o "desvario" da consciência na *Fenomenologia* de Hegel.

Lucas Carvalho Peto - Marx entre Hegel e Epicuro: a filosofia epicurista como forma específica da autoconsciência.

Rodrygo Rocha Macedo - A função social da religião em Kant e Hegel.

Mesa 10 (Moderna 1)

André Alves de Carvalho - Alegoria e Símbolo, em Schelling, Goethe e Moritz.

Rauan de Oliveira Luiz - O Espelho da Essência: natureza e devir segundo Schelling e Ravaisson.

16h30 – 18h

Mesa 11 (Rosseau)

Lili Pontinta Cá - Antropologia de Rosseau no *Emílio*.

Wellinton Anselmo Martins - O conceito de liberdade, na primeira parte do *Contrato Social*, de Rousseau.

Mesa 12 (Política)

Hegildo Holanda Gonçalves - O aprisionamento ao corpo na filosofia do Hitlerismo.

Natanailtom de Santana Morador - A noção de "corpo político" em Maquiavel.

Thiago Lemos Possas - Uma análise jurídico-política da democracia liberal.

Mesa 13 (Moderna 2)

David Ferreira de Camargo - Linguagem como alavanca do conhecimento.

Sacha Zilber Kontic - O problema da desordem no ocasionalismo de Malebranche.

19h30 – 21h30

Palestra: Prof. Dr. Edson Luis de Almeida Teles (UNIFESP) – Democracia e estado de exceção no Brasil pós ditadura.

Sexta-feira (21 de Setembro)

14h – 15h30

Mesa 14 (Contemporânea)

Caio Souto - Alguns desdobramentos do conceito de revolução científica de Alexandre Koyré para a epistemologia contemporânea.

Gustavo Michetti - Fluxo e instantaneísmo no Wittgenstein intermediário.

Mesa 15 (Freud 1)

André Santana Mattos - A compulsão à repetição e o princípio do prazer em Freud.

Munique Gaio Filla - A concepção de conflito psíquico na primeira teoria metapsicológica freudiana.

16h – 18h

Mesa 16 (Medieval)

Maria Clara Pereira e Silva - "*abstractio non potest esse realis*": A crítica de Durandus de St. Pourçain à noção de abstração.

Julia Maia Peixoto Camargo – O enigma da formação das imagens, nas *Confissões* de Agostinho (X, 13).

Júlia Rodrigues Molinari - Guilherme de Ockham e o conhecimento intelectual direto do singular e do contingente.

Mesa 17 (Antiga)

Felipe Luiz - O conceito de *pólemos* na ontologia realista de Heráclito de Éfeso.

Giovanna Braz – O entrelaçamento entre *mythos* e *logos* no *Fédon* de Platão.

Henrique Nascimento Guimaraes - As dificuldades da franqueza (*parrhesia*) entre as personagens do *Górgias* de Platão.

Mesa 18 (Freud 2)

Graziele Goncalves Lima - Cabeça da Medusa: Horror e estranhamento no feminino de Freud.

João Eduardo Torrecillas Sartori – A “teoria psicanalítica freudiana” e as identidades de sexo e de gênero: o problema das categorias identitárias em vigência de uma crítica à essencialização.

19h30 – 21h30

Palestra: Prof. Dr. Daniel Omar Perez (UNICAMP) – Psicanálise e política: a constituição das identificações coletivas como atores políticos a partir de Lacan e Laclau.

Lista dos Resumos (em ordem alfabética)

Imaginação transcendental: Da infinitude imanente à transcendência finita. Uma interlocução entre Heidegger e Cassirer

Adriano Ricardo Mergulhão
Doutor em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES/PDSE
Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

Nossa comunicação discute o papel desempenhado pela faculdade da imaginação (*Einbildungskraft*) na obra de Heidegger e de Cassirer, utilizando o conceito de tempo como fio condutor para a compreensão do contraponto existente entre suas teorias. Esta aproximação temática possibilita uma reconciliação de suas principais teses, pois ambos propõem uma releitura da filosofia transcendental kantiana, utilizando diferentes métodos de abordagem para uma problemática comum. Assim, a questão da síntese transcendental da imaginação será discutida a partir da perspectiva simbólico-epistemológica de Cassirer e da posição fenomenológico-hermenêutica de Heidegger, segundo a contraposição positiva estabelecida entre ambos. Argumentamos que, apesar de suas divergências, ambos os autores destacam a centralidade do conceito de tempo, subjacente à função da imaginação produtiva exposta no esquematismo transcendental kantiano, como fundamento para a compreensão da finitude e possível infinitude do conhecimento humano. Defendemos que existe uma interdependência no antagonismo de suas posições, pois ambos centralizam seus argumentos na relação entre a imaginação produtiva e temporalidade, temática que propicia um terreno comum para a abertura de um profícuo diálogo. Portanto, demonstraremos que a questão da imaginação, alvo de contínua interrogação nas propostas de Heidegger e de Cassirer, só poderá ser adequadamente elucidado com a análise das implicações que conceito de tempo adquire na doutrina de cada filósofo, possibilitando assim um discernimento recíproco de suas propostas, que supere uma pré-concebida dicotomia teórica.

Palavras-Chave: Imaginação; Tempo; Esquematismo; Heidegger; Cassirer.

A relação entre forma e finalidade no juízo de gosto

Ana Carolina de Carvalho Belmani
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
Orientador: Prof. Dr. Paulo Licht dos Santos

Quando voltamos nossa atenção não para o que o juízo de gosto não é, mas para o que ele é em essencial, é importante voltar à atenção tanto para o estado característico e único que se instaura – o prazer ocasionado pela harmonia das faculdades – quanto para seu objeto – a forma da finalidade, ou a dimensão puramente formal do objeto ou da representação do mesmo. O presente trabalho se ocupará de analisar mais a fundo a segunda questão, ou seja, as definições de Kant da forma enquanto objeto do juízo de gosto puro. A questão primordial que sobrevoa a questão da forma, é que tipo de objetos ou que tipo de características de determinados objetos são elegíveis para o juízo de gosto puro? Haveria algum jeito de excluirmos definitivamente que tipo de representações não poderiam ser objeto do juízo de gosto e quais seriam as mais promissoras para tal papel? A que se restringe a forma de um objeto pensado como isolada de todo seu conteúdo sensorial? Afinal, quando Kant fala de forma ele se refere a uma representação do objeto, de algo localizado fora do sujeito ou de uma determinada configuração subjetiva das faculdades cognitivas? As respostas a essas questões não estão escancaradas na Crítica do Juízo e, talvez por isso mesmo, seus comentadores tenham visões por vezes antagonistas das questões concernentes à forma.

Palavras-Chave: Kant; juízo de gosto; forma da finalidade.

Alegoria e Símbolo, em Schelling, Goethe e Moritz

André Alves de Carvalho
Mestrando em filosofia pela FFLCH-USP
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Werle

Este trabalho procura explicitar, ainda que de maneira breve, os caminhos tomados pelas noções de Símbolo (e simbólico, por conseguinte) e de Alegoria, num período que, apesar de muitos saltos cronológicos, pode ser compreendido com certa homogeneidade: os escritos de Karl Phillip Moritz e de Goethe, no final dos anos 80 do século XVIII até a redação da Filosofia da Arte de Schelling, curso ministrado em 1802-03. Este assunto, que não é novo, certamente se valerá de duas linhas gerais, o capítulo sobre o Romantismo, de teorias do Símbolo de Todorov, e o ensaio de Rubens Rodrigues Torres Filho, sobre o “Simbólico em Schelling”. Quando Tzvetan Todorov, em seu livro *Teorias do Símbolo*, procura explicar a passagem da retórica para a Estética naquilo que ele chamará de história da semiologia. Neste ponto, um dos elementos centrais para a compreensão da transição entre estes dois saberes será o novo entendimento que o romantismo alemão dará a dois conceitos: é com a ideia de Alegoria e com a noção de Símbolo que foi possível estabelecer uma nova perspectiva com relação a disciplinas como a História da Arte, a Estética e a mitologia. Não é a toa, que a ascensão do romantismo enquanto escola artística e teórica dominante no fim do XVIII e começo do XIX, marcará também a preponderância da nascente disciplina filosófica da Estética em detrimento da Retórica clássica.

Palavras-Chave: Símbolo; Alegoria; Estética da Época de Goethe; Mitologia; Romantismo Alemão.

A linguagem do transcendental: fenomenologia, referência e estrutura.

André Dias de Andrade
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon S. Moutinho

Propomos que a fenomenologia fala uma certa “língua” e que mesmo com as nuances que uma reflexão sobre o “corpo” e sobre a “estrutura” colocam para a doutrina – no caso de Merleau-Ponty – o seu modo de conceber e de se referir ao sentido permanece vinculado à questão acerca das condições transcendentais de possibilidade da experiência – numa expressão, a “constituição transcendental”. A resposta está já na formulação do problema, pois é justamente a sua compreensão do território da fenomenalidade que vincula esta filosofia ao motivo transcendental. Assim, cremos ser preciso retornar à questão sobre a relação de sentido e sobre a gênese de sentido na fenomenologia, isto é, às duas faces constitutivas de seu *logos*. Primeiro examinamos o vocabulário transcendental da fenomenologia (noções como “temporalidade”, “presença”, “intuição” e “intencionalidade”). Segundo, demonstramos a raiz desta linguagem e a ruptura com o modelo referencial aí presente. Terceiro, elaboramos a passagem entre *logos* intencional e *logos* estrutural na fenomenologia, bem como as consequências aí implicadas. O saldo doutrinal desta pesquisa é a possibilidade de colocar em perspectiva uma Fenomenologia da Presença, canônica, que se preocupa com o transcendental, e uma Fenomenologia da Diferença, sob nova chave, que recoloca a questão da transcendência de sentido.

Palavras-chaves: Fenomenologia; Merleau-Ponty; *Logos*; Diferença; Referência.

A teoria das faculdades em Deleuze: Proust e os Signos e Diferença e Repetição

André Luiz Nardim

Mestrando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Morato Pinto

O livro *Proust e os Signos* faz parte do projeto de Gilles Deleuze de elaboração de uma crítica à Imagem do Pensamento, dita dogmática, que se opõe à filosofia da diferença e da repetição. Nisso conecta-se à obra *Nietzsche e a Filosofia* e também à *A Filosofia Crítica de Kant*, sobretudo na medida em que nela se elabora uma teoria das faculdades que se contrapõe à kantiana ou, de maneira mais geral, àquela pressuposta na Imagem do Pensamento. Tal crítica culmina na elaboração do terceiro capítulo do livro *Diferença e Repetição*, onde é exposta uma teoria das faculdades que, embora ligada àquela de *Proust e os Signos*, apresenta importantes diferenças conceituais, entre elas quais são as faculdades elencadas, a relação entre elas e a própria caracterização de seu exercício transcendente. Isso coloca em questão quais são as relações precisas que se estabelecem entre estes textos. É frequente na leitura de *Diferença e Repetição* a indicação de relações entre a teoria diferencial das faculdades e as sínteses do tempo, apresentadas no segundo capítulo desta obra. Isso torna notório o fato de que a obra de Proust seja retomada diversas vezes neste capítulo, fornecendo alguns dos raros exemplos ali apresentados, incluindo entre eles a experiência com a madeleine, extraída de *Em Busca do Tempo Perdido* e da qual Deleuze faz o exemplo paradigmático da memória involuntária. Inversamente, na discussão dos signos amorosos e da memória involuntária em *Proust e os Signos*, Deleuze apresenta elementos teóricos que serão retomados e elaborados posteriormente nas exposições das sínteses do tempo, em particular da síntese passiva da memória. Assim, nosso objetivo é examinar como tais relações contribuem para a compreensão do papel da teoria diferencial das faculdades em *Diferença e Repetição*.

Palavras-chaves: teoria das faculdades; sínteses do tempo; imagem do pensamento; Proust.

A compulsão à repetição e o princípio do prazer em Freud

André Santana Mattos
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
Bolsista CAPES
Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani

No *Projeto* de 1895, Freud nos apresenta uma teoria que concebe o sistema nervoso e a vida psíquica como sendo regidos por uma tendência a descarregar toda excitação que lhes atinge, o que é relacionado à tendência a buscar o prazer e evitar o desprazer. Na mesma obra é descrita a vivência de dor, na qual estímulos fortes o suficiente para romper a proteção das terminações nervosas resultaram em um fluxo de grandes quantidades de energia no aparelho, gerando elevado desprazer e intensa descarga. Nas ocasiões posteriores em que a representação do objeto presente no momento daquela vivência é evocada a partir de alguma percepção, se produzirá novamente a reação de descarga e a sensação de desprazer, que inicialmente não pode ser evitada; apenas após muitas repetições da vivência de dor, o eu seria capaz de inibir a produção de desprazer a ela relacionada. Em 1900, em *A interpretação dos sonhos*, Freud apresenta de modo semelhante a vivência de pavor, e afirma que o aparelho psíquico primário, regido pelo princípio do prazer, é incapaz de incluir em seu curso associativo as ideias que geram desprazer, o que resultará na repressão. Em 1914, o artigo “Recordar, repetir e elaborar” introduzirá o conceito de compulsão à repetição para descrever o comportamento dos pacientes durante o tratamento psicanalítico, quando, ao invés de recordar o material reprimido, como solicitado, o repetem em ato na transferência. Em 1920, em *Além do princípio do prazer*, Freud avança a hipótese da existência de uma compulsão à repetição que seria anterior ao princípio do prazer e dele independente, amparando-se para isso em fenômenos que manifestam insistentes e desprazerosas repetições de vivências traumáticas, o que o levará a uma reforma na teoria pulsional, ao tomar a compulsão à repetição como uma característica geral das pulsões. Pretendo realizar aqui uma análise comparativa da maneira como se dá a relação entre a compulsão à repetição e o princípio do prazer a partir de 1920 e no corpo teórico anterior.

Palavras-chaves: Sigmund Freud; compulsão à repetição; princípio de prazer.

Alguns desdobramentos do conceito de *revolução científica* de Alexandre Koyré para a epistemologia contemporânea

Caio Souto

Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Lessa da Fonseca

Tendo se interessado inicialmente pelos problemas lógicos mais antigos, tais como os paradoxos de Zenão e de Epimênides, interpretados à luz dos seus desenvolvimentos, sobretudo com relação à *Grundlagenkrise* (crise da fundamentação das matemáticas), sob orientação de Husserl e A. Reinach, Koyré passará, a partir do final da década de 1910, a se dedicar a estudos históricos. Primeiramente, priorizará a história da filosofia, sobretudo da mística medieval e renascentista, sob orientação de É. Gilson, para, em seguida, dedicar-se ao estudo das condições de possibilidade históricas de uma mutação no pensamento à qual deu o nome de *revolução científica*. Esse conceito foi fundamental para grande parte dos desdobramentos da epistemologia contemporânea e está presente, em grande medida, em conceitos como os de *paradigma* em Thomas Kuhn, de *episteme* e de *arqueologia* em Michel Foucault, de *programa* em Lakatos e mesmo no *anarquismo epistemológico* de Feyerabend e na concepção histórica das ciências da Escola de Standford (A. Davidson, I. Hacking etc.). Por outro lado, para além da importância atribuída à *história* na constituição do pensamento científico, Koyré nunca abandonou uma perspectiva platônica presente desde seus estudos iniciais, mas que ele reconstrói de um modo próprio. Isso resulta numa tensão entre uma pesquisa acerca das condições históricas do desenvolvimento do pensamento científico, de um lado, e, de outro, o predomínio das formas inteligíveis sobre a experiência sensível. Propomos investigar o estatuto dessa tensão na epistemologia contemporânea e em que sentido os sucessores de Koyré tentaram dissolvê-la ou superá-la.

Palavras-chaves: Koyré; história do pensamento; revolução científica; epistemologia.

A “lei do coração” e o “desvario” da consciência na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Claudeni Rodrigues de Oliveira
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CNPq
Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

A “lei do coração” na *subseção* “Razão ativa” da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel é resultado da interiorização do desejo e do prazer realizado pela consciência de si em sua imediatez. Nesse momento, a consciência tem como lei somente àquilo que interiorizou como lei, isto é, para ela a única lei que tem vigência é a lei do seu coração. Contudo, essa consciência ao agir, ou seja, ao externalizar-se, percebe que no mundo vigora uma lei que para ela não é a lei do seu coração, por isso não a reconhece e a considera uma perversão. Mas, aquilo que para essa consciência é uma perversão é justamente ela mesma. Assim, essa consciência vive em “desvario”, pois se de um lado procura preservar a lei do seu coração como verdadeira, por outro lado, sua ação no mundo lhe apresenta “outra” lei que embora também seja sua lei, não a reconhece. Portanto, a consciência que acreditava unicamente na existência da lei do coração, agora se depara com a realidade do mundo e para “salvar” seu coração afasta-se do mundo. Para ela o mundo é “fonte” de perversão e a “ordem” que ali vigora contradiz a lei do coração, por isso essa consciência vive em “desvario”, pois ainda não percebeu que o mundo é resultado da sua própria ação e, nesse sentido, aquilo que entende ser “perversão” é sua realização no mundo.

Palavras-chaves: consciência de si; lei do coração; ação no mundo.

Linguagem como alavanca do conhecimento

David Ferreira Camargo
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Fernão Oliveira Sales

É possível conhecer sem linguagem? Em que medida a linguagem nos ajuda a conhecer melhor? Essas duas questões serão discutidas nessa comunicação, utilizando como referência a filosofia de Condillac. Esse filósofo francês em seu *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos* (1746) foi um dos primeiros, depois de Locke no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690), a mostrar como a aquisição dos signos - e portanto da linguagem - é determinante para que o homem possa adquirir conhecimentos. A tese é de que certas operações do entendimento só atingiriam seu pleno funcionamento mediante a aquisição de signos instituídos de maneira que as faculdades mentais poderia se desenvolver e conhecer melhor. Todavia, no *Tratado das Sensações* (1754), Condillac parece recuar sobre o papel dos signos, e apresenta a análise das faculdades humanas sem considerar a influência da linguagem. Com a abstração da linguagem, o filósofo mostra o que a alma pode conhecer nessas condições. Já em sua *lógica* (1780), Condillac parece resolver essa questão, determinando mais precisamente o lugar da linguagem em sua filosofia.

Palavras-chaves: Condillac; Linguagem; Conhecimento

Merleau-Ponty e a concepção romântica de natureza (Schelling, Bergson, Husserl)

Edson Lenine Gomes Prado
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

Seguindo o fio condutor do amplo exame da história filosófica do conceito de natureza elaborado por Merleau-Ponty no primeiro de seus três cursos ministrados no *Collège de France* na segunda metade dos anos cinquenta e publicados postumamente sob o título "A natureza" (*La nature*), no presente trabalho nosso objetivo é buscar explicitar alguns dos principais elementos que marcam as diferentes concepções de natureza nas filosofias de Schelling, Bergson e Husserl. Sem deixar de levar em conta algumas das obras fundamentais desses autores, organizamos nossa apresentação em três partes: 1) inicialmente, nos detemos na concepção de natureza formulada por Schelling, buscando ressaltar a perspectiva inovadora dessa concepção para Merleau-Ponty, especialmente quando comparada às elaborações de Descartes e de Kant; 2) em seguida, passamos para a exposição das concepções de natureza nas filosofias de Bergson e de Husserl, buscando ressaltar as peculiaridades de cada uma, mas sem deixar de tentar compreendê-las também à luz daquela edificada pelo autor do idealismo alemão; 3) a título de conclusão, fazemos algumas considerações gerais sobre o sentido desse estudo sobre as variações do conceito de natureza na história da filosofia tanto para o projeto geral dos três cursos ministrados no *Collège de France*, assim como para o pensamento merleau-pontyano daquele período.

Palavras-chaves: Natureza; Ontologia; Schelling; Bergson; Merleau-Ponty

O conceito de pólemos na ontologia realista de Heráclito de Éfeso

Felipe Luiz

Mestrando no PPGFIL FFC-UNESP/Marília

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Monteagudo

Nossa comunicação se centra nas problemáticas relativas aos usos que Heráclito faz do conceito de *pólemos* (guerra), tematizado em três fragmentos, e, especificamente, a precisão teórica de Heráclito ao utilizar exatamente o termo *pólemos* em detrimento de outros termos que indicam enfrentamento, como *makhé*, *palé* ou *agonía*. Explique-se: formulando uma ontologia realista, que articula a diversidade com a unidade, o movimento com a identidade e a disputa com a calma, Heráclito defende que a *arkhé* da *physis* é o *pyr*, ou, em bom português, que o princípio da natureza é o fogo. O fogo é identificado com a mudança que caracteriza o coração do ser, sempre em movimento, se transmutando. Mas, embora estas características vinquem o real, há uma unidade superior, que garante os elementos de continuidade. Ou seja, as confrontações e as metamorfoses se dão em um marco de unidade, garantida pela conformidade superior, esta que a *arkhé* indica e o *logos* ratifica. Nestes marcos o conceito de *pólemos* é o mais adequado, posto que situam os beligerantes em um duelo externo, contrariamente, por exemplo, a outros termos, como *stasis*, (dissensão, guerra intestina, revolução), que impediriam que esta unidade se realizasse, posto que colocariam um conflito insuperável no seio do ser ele mesmo, talvez impedindo a própria noção de *arkhé*. Buscaremos debater esta utilização do termo *pólemos*, confrontando com outros termos-chave de Heráclito, como *logos*, *arkhé* e *physis*, no seio de sua filosofia, cujas traduções problematizaremos a luz de autores como Berge, Heidegger e Heidel.

Palavras-chaves: Heráclito de Éfeso; pólemos; ontologia.

Sartre e a nadificação na relação entre o juízo negativo e a situação

Gabriel Gurae Guedes Paes
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil/UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques

No primeiro capítulo da segunda parte de *O ser e o nada* encontramos a clássica situação de esperar alguém em um encontro. Sartre se expressa em primeira pessoa para descrevê-la: marquei um encontro com Pierre no café, cheguei quinze minutos atrasado e temo que Pierre, sempre pontual, já tenha ido embora. Na situação de esperar Pierre, não tenho apenas um “estado de coisas” presentes, pois o café presente aparece como café em que Pierre não chega, sendo assim, o que ocorre se dá em relação ao que ainda não ocorre em um “estado de coisas” e pode ou não vir a ocorrer (Pierre pode ou não chegar no café, não sei se ele virá). Organizando-se em uma gestalt, o café é um fundo de mundo em que a figura Pierre deveria aparecer. Um rosto de alguém que chega pode se destacar sobre esse fundo e logo se decompõe quando vejo que não é Pierre. O mundo, enquanto vivido em uma situação de expectativa de que Pierre chegue, não é apenas uma relação ente coisas presentes ou não, mas também uma estrutura que se dá na relação figura-fundo em que se espera que uma figura específica apareça sobre um fundo específico. Nessa relação, o mundo aparece em uma dupla nadificação: o café em-si se dá como fundo em que Pierre não está e Pierre não é em-si presente no café. Essa dupla nadificação é vivida na situação e precede um juízo que poderia representá-la como “Pierre não está aqui”. Sartre fala mesmo de uma fundação do juízo negativo nessa dupla nadificação. O objetivo de nossa conferência será pensar a nadificação na relação entre o juízo negativo e a situação vivida.

Palavras-chaves: Sartre; fenomenologia; representação; linguagem.

O entrelaçamento entre *mythos* e *logos* no *Fédon* de Platão

Giovanna Braz
Mestranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Christina de Souza

As leituras logocêntricas do surgimento da filosofia são heranças do racionalismo moderno, momento em que se fortaleceram ideias como as de que o mito é algo primitivo, ultrapassado, pré-científico, e de que, ao contrário da razão, é algo que deve ser exclusivamente alocado no campo das crenças religiosas e das fabulações poéticas. Influenciada por tal visão positivista, uma vasta gama de estudiosos tendeu a qualificar os aspectos míticos presentes nas tradições da Filosofia Antiga como “meras peças de interesse literário”, ou ainda, como “literatura imaginativa”, como se não tivessem valor filosófico algum. Segundo esses estudiosos, o trabalho filosófico de Platão, por exemplo, estaria limitado ao *logos*, já que não consideram o *mythos* um recurso próprio da racionalidade científica. No entanto, esse tipo de leitura torna-se problemático quando entendemos que dificilmente a distinção moderna entre mito e razão se aplicaria ao tempo de Platão. E um dos muitos exemplos de como ambos podiam ser pensados, dentro da obra platônica, não enquanto um par de opostos absolutamente incomunicáveis entre si, mas como auxiliares um do outro, é o diálogo *Fédon*: uma das principais singularidades dessa obra é o fato de sua estrutura literária ser caracterizada por um entrelaçamento entre *mythos* e *logos*, peculiaridade notada já no início do texto, quando Sócrates, numa espécie de advertência metodológica, afirma que realizará sua defesa da imortalidade da alma por meio de uma mistura entre o racional e o mítico: “talvez nada seja tão apropriado para aquele que vai partir para o Além do que investigar e relatar mitos (*diaskopein te kai mythologein*) sobre o significado desta viagem e o que imaginamos que ela seja” (61e). Nesse contexto, esta comunicação tem como objetivo tratar basicamente da seguinte questão: como entender a relação entre *mythos* e *logos*, no *Fédon*, sem transpor ao contexto grego sua distinção moderna-positivista?

Palavras-chaves: Platão; *Fédon*; *mythos*; *logos*; *mythologein*.

Cabeça da Medusa: Horror e estranhamento no feminino de Freud

Grazielle Gonçalves de Lima
Mestranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CNPQ
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaina Namba

A temática do feminino e da feminilidade na teoria freudiana, apresenta-se sob diferentes dimensões sendo que desde os primórdios de sua elaboração são apresentados de forma singular. Em Freud, observamos que há uma posição libidinal feminina e masculina que independe da identificação do sujeito enquanto homem ou mulher, ao passo que o autor indica um processo de desenvolvimento psicosssexual, no qual é necessário que a criança atravessasse uma série de etapas - comuns aos sexos - para que em determinado ponto ocorra uma diferenciação. Será apenas após a percepção de uma diferença genital que a criança virá a se perceber menino ou menina, para além dessa constatação, o vislumbre do genital feminino teria um efeito de “susto”. Acerca da experiência de visualizar o genital feminino, bem como sua simbologia, Freud toma como ilustração para possíveis interpretações, a cabeça decepada da górgona Medusa. Na interpretação psicanalítica desse mito, escrito em 1922 e publicado postumamente em 1940, o horror é representado pelo genital feminino e a cabeça decepada cheia de serpentes, remonta o medo da castração. O objetivo geral do nosso estudo é investigar os dizeres sobre o feminino e a feminilidade no interior das elaborações teóricas e a estrutura do pensamento psicanalítico. Este trabalho é resultado parcial da elaboração dissertativa de mestrado em andamento e tem como objetivos específicos, desvelar os processos de percepção da diferença genital, elucidando as temáticas do horror e do estranhamento e suas possíveis relações com o feminino. Para tais fins, usaremos como tema de reflexão e recorte temático, o simbolismo do mito da Medusa descrito por Sigmund Freud. A cabeça da Medusa parece aludir não apenas a temática do horror, mas todo o estatuto que o feminino adquire ao decorrer da elaboração teórica de Freud.

Palavras-chaves: psicanálise freudiana; diferença genital; feminino; Medusa.

Fluxo e instantaneísmo no Wittgenstein intermediário

Gustavo Gueraldini Michetti

Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES

Orientador: Prof. Dr. Bento Prado Neto

Este trabalho pretende destacar a importância do tempo para os escritos de Wittgenstein entre os anos de 1929 e 1930. Para isso, examinarei um aspecto essencial à temporalidade do dado que é destacado nesse período: o *presente enquanto constante fluxo*. É uma condição formal do fenômeno que ele seja dado à experiência imediata por meio de sua presença que constantemente flui (muda, desvanece). Esse aspecto da temporalidade mostra duas características fundamentais aos fenômenos. A primeira (i), revela a forma do movimento, a condição de possibilidade da mudança, uma vez que o fenômeno só pode ser apreendido através de sua *fluidéz contínua*. (ii) A constante presença do fenômeno também sublinha o caráter completamente *instantâneo* do modo como ele se apresenta à experiência imediata, como se o instante de sua presença constituísse toda a realidade – o que se mostra na consequência última do solipsismo: “apenas a experiência presente tem realidade”. Uma descrição completamente clara dos fenômenos da experiência imediata deveria levar em consideração o tempo, porém, como exprimir por meio da linguagem – seja ela “especial” ou “usual” – aquilo que se apresenta como essencialmente instantâneo e fugaz? Considerando essa questão como fio condutor de meu trabalho, elucidarei a importância do tempo (enquanto presente em constante fluxo) para a concepção wittgensteiniana de linguagem entre os anos de 1929 e 1930.

Palavras-chaves: Wittgenstein intermediário; Tempo; Instanteísmo; Fluxo; Linguagem.

O aprisionamento ao corpo na filosofia do hitlerismo

Hegildo Holanda Gonçalves
Doutrando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

O objetivo do presente texto é mostrar a noção de corpo nos imprevistos da história a partir do artigo “*Algumas Reflexões sobre a filosofia do Hitlerismo*” de E. Levinas. A história vivida e sofrida em seus mais variados dramas e tragicidade pelo filósofo aliada à consciência da vivência de seu próprio tempo dão testemunho do caminho filosófico de E. Levinas e de sua contundente crítica ao Hitlerismo que introduziu uma profunda e radical ruptura com o humanismo ocidental ao opor à luz da razão a mensagem obscura da razão, bem como o sentimento de identidade para definir a essência do homem como um aprisionamento voluntário ao corpo. O hitlerismo põe sua ênfase no sentimento do corpo como mero veículo biológico, hereditário, por meio do qual o homem é definido. Essa exaltação do hitlerismo em relação à dimensão corpórea, bem como a notória identificação do eu já implicada no corpo, são claros sinais de um distanciamento em relação ao espírito de liberdade e uma compreensão de homem preso ao seu passado por meio do biológico. Levinas denuncia o caráter essencialmente bélico da autenticidade ao que subscreve o povo alemão sob a influência do nacional socialismo, que funcionava como uma espécie de enfeitiçamento, na tentativa de insensibilizar a sociedade alemã, ao ponto de levá-la a justificar o pior dos atropelamentos contra a humanidade, sob o pretexto do que chama “purificação étnica”. Portanto, se as sociedades modernas encontravam seu fundamento no acordo das vontades livres e se o espírito tinha poder de triunfar sobre o corpo, no hitlerismo essas vontades não só serão consideradas inconsistentes como também falsas e mentirosas e a concretização do espírito cede lugar a uma sociedade cuja base será o consanguíneo, a raça. E mesmo que essa raça não exista, adverte Levinas, eles a inventam.

Palavras-chave: Corpo; Hitlerismo; Imprevistos da história.

O Riso, um aspecto social da inteligência em Bergson

Heliakim Marques Trevisan
Mestrando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques

O presente artigo explora o conceito de cômico no livro *O riso*, de Henri Bergson, o qual é apresentado por pressupostos sociológicos e biológicos, distanciando-se de toda uma tradição teórica sobre as artes cômicas, de feições intelectualistas. Com isso, tem-se uma definição particular do cômico, distanciada de um emprego moralizante, porém com a função de regulador social, ou mecanismo inconsciente de correção das excentricidades. Trata-se de uma obra bastante particular por conta da originalidade de seu tema, que tenta dar conta do cômico de forma bastante inovadora, tendo sido uma das obras mais populares de Bergson no início do século, além de ser uma obra bastante lida ainda hoje por outras áreas do conhecimento, como a literatura e as artes cênicas. *O riso*, por ser um livro situado a meio caminho da trajetória da obra de Bergson, antecipa ideias dos outros livros, tendo a virtude de agregar conceitos de todo o pensamento do autor. Com isso, pretende-se explorar a originalidade do posicionamento da questão sobre o riso, como instrumento de sociabilidade, e ao mesmo tempo compreendê-la pela intersecção das obras de Bergson.

Palavras-chaves: cômico; mecanismo; sociabilidade; vida; arte.

As dificuldades da franqueza (*parrhesia*) entre as personagens do *Górgias* de Platão.

Henrique Nascimento Guimarães
Mestrando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CNPq

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Christina de Souza

É possível ver no *Górgias* de Platão a presença da noção de *parrhesia* (franqueza) na boca das personagens e a possibilidade de *falar livremente* parece nortear a sucessão dos interlocutores de Sócrates. Há a *parrhesia* como estatuto político de alguns homens dentro da *polis*, assim como há uma *parrhesia* como uma decisão das personagens dentro de uma discussão. Observar esse elemento fornece uma forma de entender como Sócrates e seus interlocutores se comportam e se sucedem na discussão. A franqueza abre diversas dificuldades, tanto para Sócrates como para os retóricos, em especial Cálicles que decide falar com total franqueza o que pensa sobre a felicidade e reconhece então que ela se baseia na luxúria (*tryphe*), intemperança (*akolasia*) e liberdade (*eleutheria*) (492c). A franqueza é um direito dos cidadãos atenienses, mas Platão parece mostrar no *Górgias* que não depende apenas de um estatuto político, mas também de uma capacidade de manter uma posição e nesse sentido vincular-se a esse discurso que se mantém: temos a franqueza não apenas como falar o que pensa como o falar a verdade. Ainda mais, falar a verdade acerca do que se pensa. Sócrates aponta como causa da hesitação e falta de franqueza de Cálicles uma incapacidade de contemplar a si mesmo (495e), sobretudo acusa o retórico de estar apaixonado e por isso não conseguir expor o que pensa ao amado (481d; 513b), a franqueza também depende de um estado anímico. Sobretudo a franqueza de Sócrates (apaixonado pela filosofia 481d) também parece problematizada, quando notamos que ela ofende o interlocutor que se indigna com sua violência (494e, 505d), como também o coloca numa posição de dizer sempre o mesmo e nunca ceder a um ponto vista alheio (482b), coisas inclusive que coloca Sócrates sobre risco de vida. Há ainda de se notar a mútua acusação entre as personagens de falta de franqueza (495a), o que arruína a discussão.

Palavras-chaves: Platão; diálogo; *parrhesia*.

A ‘teoria psicanalítica Freudiana’ e as identidades de sexo e gênero: O problema das categorias identitárias em vigência de uma crítica a essencialização

João Eduardo Torrecillas Sartori

Mestrando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Georgina Carolina Oliveira Faneco Maniakas

Apesar do fato de que certos conceitos, tais como os conceitos de “sexo” e de “gênero”, são considerados, em certas perspectivas teóricas, como representações de construções sociais, e não como as verdadeiras representações de entidades naturais, são, contemporaneamente, naturalizados no imaginário de muitos indivíduos em variados sistemas socioculturais – isto é, interpretados neste imaginário como se consistissem nas verdadeiras representações de tais entidades. E a naturalização destes conceitos ocasiona efeitos em âmbitos variados – por exemplo, sociais, culturais, subjetivos, econômicos, políticos, entre outros. Desde o momento em que foi criada a “teoria psicanalítica” por Sigmund Freud, teorias psicanalíticas têm sido utilizadas não somente em âmbito clínico de modo a sustentarem uma prática de escuta específica – isto é, a prática psicanalítica –, mas, também, como referencial teórico na análise da cultura. E, neste contexto, em decorrência da importância comumente atribuída a tais conceitos – que consistem em representações de categorias identitárias – nos sistemas socioculturais em que estes foram constituídos, o interesse teórico-prático psicanalítico por eles se tornou significativo, tendo se tornado também significativa a importância da discussão acerca da possibilidade de sua articulação coerente na metapsicologia – isto é, no domínio conceitual psicanalítico. A “teoria psicanalítica” consiste em um “campo de conhecimento” que inclui, entre outras, teorias em que foi explicado o estabelecimento do “eu” em um indivíduo, processo condicionado pelo sistema sociocultural em que este último esteve inserido e, assim, algumas das teorias que a integram têm sido utilizadas de modo a contribuírem para a explicação do surgimento – e, em certos casos, da naturalização – de identidades. Este trabalho consiste em uma tentativa de elaboração da problemática acerca da articulação entre indivíduo e sistema sociocultural e, mais especificamente, da problemática acerca da assunção subjetiva de uma identidade social de sexo/ gênero por um indivíduo. Neste contexto, foram articulados, entre si, o conceito freudiano de “identificação” e certos conceitos de “identidade” – alguns destes, integrantes da “teoria psicanalítica”, outros destes, de outros “campos de conhecimento” –, em uma perspectiva crítica a certa essencialização – esta essencialização tendo ocorrido nas teorias de autores importantes do “campo psicanalítico”, tais como o seu criador.

Palavras-chaves: psicanálise; identidade; essência.

Uma possível aproximação entre o Imperativo Categórico e o Fato da Razão

João Paulo Rissi

Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar

CAPES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* encontramos várias passagens sobre a definição de imperativo categórico e de como funcionaria sua legislação às ações humanas. Na *Crítica da Razão Prática*, Immanuel Kant parece abandonar o imperativo categórico como princípio supremo da moralidade em detrimento de um *faktum*, uma verdade da própria razão: fato da razão. Se antes, na *FMC*, Kant havia investigado sobre os princípios práticos que se encontram a priori em nossa razão, e, até mesmo, oferecendo uma dedução transcendental do imperativo categórico (*FMC* III), depois, na *CRPr*, a moralidade aparece como uma verdade da própria razão e, ainda mais, sem necessidade de ser subsumida à prova ou justificação. Esse aparente abandono, contudo, impossibilitaria de aproximarmos ambos os conceitos e princípios kantianos? Destarte, pretende-se mostrar como, ao desenvolver o fato da razão, Kant ainda nos possibilita pensar em certos preceitos já desenvolvidos na *FMC*, sobretudo acerca da legislação e determinação do imperativo categórico.

Palavras-chaves: Immanuel Kant; imperativo categórico; fato da razão; moralidade.

O enigma da formação das imagens, nas *Confissões* de Agostinho (X, 13)

Julia Maia Peixoto Camargo

Mestranda pela FFLCH-USP

CNPq

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Mammì

Essa comunicação terá por objetivo comentar a maneira pela qual Agostinho encaminha o problema da formação das imagens (*imagines*) na memória, na passagem da visão corporal (*uisio corporalis*) para a visão espiritual (*uisio spiritualis*). A partir da análise do parágrafo treze do décimo livro das *Confissões*, no qual o autor sublinha, sobretudo, a dificuldade de explicar a presença de uma imagem derivada de um objeto corporal numa substância imaterial como a alma, caberá ressaltar o papel da memória nesse processo e qual a sua relação com a percepção. Se, todas as sensações entram na memória, cada uma pelo seu respectivo sentido – pela respectiva ‘porta da carne’ -, como são depositadas e conservadas na memória? E ainda, de que modo essa conformidade com a coisa se mantém, na memória, mesmo quando da ausência da coisa? Agostinho dirá que não são as sensações mesmas que entram na memória mas as imagens das sensações das coisas que permanecem ali à disposição do pensamento de quem as relembra. Em regime de interioridade e através de um exercício da alma, o autor revela que a vontade também possui um papel fundamental para a produção dessas imagens, atuando como uma espécie de força que une (*uis copulandi*) a forma do corpo percebido e a imagem impressa pela sensação.

Palavras-Chaves: Imagem; presença; memória.

Guilherme de Ockham e o conhecimento intelectual direto do singular e do contingente

Júlia Rodrigues Molinari
Mestranda pela FFLCH-USP
CNPq

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Estêvão

Na obra de Guilherme de Ockham, a descrição do conhecimento intelectual direto do singular e do contingente é consequência das teses defendidas em sua *Suma de Lógica*, onde é afirmado que todo o conhecimento intelectual, tomado em certo sentido, é um conhecimento singular, e apenas por predicção, um conhecimento universal. Ao recusar a tese da apreensão intelectual da forma dos compostos pelo processo de abstração, Ockham caracteriza o conhecimento intelectual como signo natural das coisas apreendidas. A partir disso, ele se contrapõe a concepção de que o único objeto de conhecimento do intelecto são conteúdos universais, e passa a sustentar também o conhecimento intelectual direto do contingente, dos sensíveis, e dos singulares. O processo de apreensão desses conteúdos é descrito a partir de dois atos do intelecto: a notícia intuitiva e a notícia evidente. A concepção do conhecimento do singular e do contingente se dá, especialmente, pela tese de que o intelecto é capaz de apreender a existência das coisas presentes a ele, em situações em que opera uma causalidade natural, por meio da notícia intuitiva. O conhecimento da existência abrange tanto coisas sensíveis que se encontram diante dos sentidos do corpo, quanto conteúdos puramente intelectivos que só são apreendidos pelo intelecto. Desse modo, há uma tese implícita de que nem todo o conhecimento intelectual passa por uma apreensão sensível prévia. Há, portanto, dois tipos de atos apreensivos referentes aos contingentes: uma notícia intuitiva intelectual causada a partir de alguma percepção dos sentidos, e uma notícia intuitiva puramente intelectual.

Palavras chaves: História da Filosofia Medieval; Guilherme de Ockham; Notícia Intuitiva; Querela dos Universais.

Dinâmicas do pensamento diferencial: a Reversão do Platonismo em Gilles Deleuze.

Larissa F. Rezino
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Morato Pinto

Para pensarmos as dinâmicas do pensamento diferencial – em suas diversas expressões - ressaltado por Gilles Deleuze, e posteriormente reafirmado na parceria com Félix Guattari, faz-se necessário um mapeamento cartográfico das obras do autor que contenham argumentações meta-teóricas sobre o assunto. Um texto importante para tal discussão está no do livro *Lógica do Sentido* (1969), no apêndice intitulado *Platão e o Simulacro*. Sintetizando: em *Platão e o Simulacro*, o filósofo francês analisa o legado herdado da filosofia grega clássica, especificamente, da filosofia platônica. Com tom de crítica, Deleuze estuda as diretrizes desse pensamento legado a nós por tal linha teórica e que cintila até os dias atuais. O considerando um dos fundamentos do pensamento representacional, pois é por essa tradição que se consolida o modelo (perverso por ser inatingível) e a cópia (fajuta) que conduz o pensamento na busca do modelo da representação. É nesse texto que Deleuze trata das imagens herdadas da filosofia platônica e que povoam o pensamento ocidental e que, assim como Nietzsche, propõe a reversão do platonismo e do legado deixado por tal linha filosófica. O intuito do nosso trabalho consiste em apresentar as noções principais da crítica deleuziana ao legado platônico; bem como sua concepção de simulacro e de reversão do platonismo. O interesse maior é evidenciar certos pormenores do legado grego que estruturam toda a tradição do pensamento.

Palavras-chaves: Pensamento; Diferença; Reversão do Platonismo; Simulacro; Legado.

Antropologia de Rousseau no *Emílio*

Lili Pontinta Cá
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marisa Lopes

No *Emílio*, Rousseau faz um estudo físico do homem, baseando-se em ciências da natureza. Sob um vetor antropológico natural, ele não apenas explica o desenvolvimento das habilidades corpóreas da criança, mas também nega a noção de ideia inata, provando que a criança não deixa de ser uma *tábula rasa*, cujas faculdades se desenvolvem na medida em que ela é afetada pelo mundo externo através dos sentidos. No entanto, essa antropologia não basta para explicar a plenitude do homem devido ao modo como Rousseau o concebe: um ser físico-espiritual. Na sua crítica ao materialismo, o genebrino tanto nega atribuir à matéria seu próprio princípio de ação, visto que ela não produz por si mesma nenhuma ação, mas, antes, sofre a ação, seu movimento é comunicado, como reconhece haver no animal apenas o movimento espontâneo (instintivo), pertencente ao âmbito físico, o que significa dizer que o animal age por determinação alheia. Já o homem é um ser diferente qualitativamente do animal pela liberdade, faculdade espiritual que move a vontade humana sem determinação alheia. É por ela que o homem se torna responsável por sua ação e não pode aliená-la, não importando o estado em que se encontra. Sua renúncia, antes de tudo, significa reduzir a natureza humana, diz Rousseau em *Do Contrato social*. Esta proposta de comunicação visa estudar o pensamento antropológico de Rousseau no *Emílio* para compreender melhor o limite que a liberdade impõe ao estudo físico do homem.

Palavras-chaves: Rousseau, antropologia, liberdade.

Arqueologia e genealogia nas considerações de Foucault sobre a história

Lívia Francisco Arantes de Souza
Mestranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Loyola Stival

Partindo da suposição de que Foucault passa por mudanças metodológicas na década de 1970 e que não é evidente que se trata de uma oposição entre arqueologia dos saberes e genealogia do poder, interessa aqui estudar a apresentação ele faz da arqueologia no livro *Arqueologia do saber* (1969), para então examinar o modo como ele investiga o discurso histórico-político no curso *Em defesa da sociedade* (1976). Dreyfus e Rabinow, quando discorrem sobre as mudanças metodológicas de Foucault no início da década de 70, sustentam que ele combina o distanciamento proporcionado pela arqueologia com a genealogia. Discordam disso Ewald e Fontana ao comentarem que essa mudança metodológica envolve a oposição entre a arqueologia dos saberes e a genealogia do poder. Na introdução da obra *Arqueologia do Saber*, Foucault apresenta sua arqueologia a partir da descrição de mudanças que ocorreram no campo da história e no campo da história das ideias. Anos mais tarde, retoma a temática que toca na historiografia, mas não a situa em relação a historiografia contemporânea. Aponta para o surgimento nos séculos XVI e XVII de um discurso que se vale do recurso à história, mas abertamente como instrumento de luta. Em 1976, Foucault não parece empolgado com as mudanças na historiografia que vão ao encontro da noção de descontinuidade, embora mantenha o esforço de estudar uma história que foge da noção de sujeito universal e das teorias da soberania. Contudo, apesar da notável mudança de tom entre *Arqueologia do saber* e *Em defesa da sociedade*, não é evidente que se trata de trabalhos de fases distintas. Dito isso, o objetivo é estudar momentos desses dois trabalhos buscando identificar suas diferenças e semelhanças e os elementos que contribuem para aprimorar o modo de lidar com o pensamento complexo de Michel Foucault sobre a história.

Palavras-chaves: arqueologia, genealogia, história.

“A guerra civil é a matriz de todas as lutas de poder”: O debate com o marxismo na analítica do poder de Michel Foucault

Lorena de Paula Balbino
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Loyola Stival

Fazer a genealogia do poder nunca foi o propósito claro de Foucault. No entanto, a questão do poder foi tema recorrente em suas investigações a ponto de estudiosos do trabalho do filósofo sugerirem uma divisão e organização de seu trabalho a partir de três eixos teóricos. Dentro dessa perspectiva, a analítica do poder marcaria a trajetória filosófica de Foucault na década de 1970. De fato, até 1994, ano de publicação do conjunto de textos, entrevistas e conferências de Foucault no *Dits et écrits*, a questão da analítica do poder era majoritariamente conhecida a partir de livros como *Surveiller et punir* (1975) e *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir* (1976). Com o início da publicação dos cursos no *Collège de France* a partir de 1997 as interpretações a respeito da analítica do poder sofrem um alargamento. Mas é somente em 2015 que a totalidade dos cursos de Foucault foram publicados, abrindo um importante caminho para a investigação a respeito das primeiras reflexões a respeito do poder. No presente artigo procuramos mostrar como os primeiros passos da analítica do poder de Michel Foucault se dá a partir de um contexto *gauchiste* ainda configurado em termos de dinástica do saber. Nesse sentido, procuramos mostrar como o período da dinástica corresponde a um esboço teórico, tentativas primeiras de conceituação do poder, marcadamente desenvolvido em contraposição com o marxismo. Essa contraposição se dá sobretudo na recusa tanto do esquema marxista de infra-superestrutura, quanto do modelo contratualista (hobbesiano) de sociedade estatal.

Palavras-chaves: Poder; Genealogia; Foucault; Marxismo.

Marx entre Hegel e Epicuro: a filosofia epicurista como forma específica da autoconsciência

Lucas Carvalho Peto
Doutorando em Psicologia pela UNESP
FAPESP
Orientador: Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo

O propósito da tese doutoral de Marx é apresentar um estudo comparativo entre as filosofia natural de Demócrito e a de Epicuro. Esse objetivo delimita tanto a estrutura lógica do texto quanto o desenvolvimento argumentativo. Não obstante, essa proposta não fora concebida como fim em si. Pelo contrário, quando apresenta o objeto de seu tratado, Marx o caracteriza como recorte de um projeto em que seriam analisadas de forma mais detalhada as filosofias epicurista, estoica e cética em sua totalidade e em toda a sua relação com a especulação grega mais antiga e posterior. As mesmas palavras aparecem nos dois prefácios que acompanham o texto. Em um deles, Marx afirma que seu texto de doutoramento deve ser considerado precursor de um escrito maior em que ele apresentaria extensamente o ciclo da filosofia epicurista, estoica e cética em conexão com a especulação grega como um todo. No outro prefácio, lê-se que a tese é um trabalho antigo e deveria encontrar lugar em uma exposição geral das filosofias epicurista, estoica e cética. Esse projeto nunca foi executado, mas neste segundo prefácio encontra-se, resumida em um breve período, uma pista valiosa acerca da direção que Marx pretendia seguir. Neste prefácio, é afirmado que apenas em sua época, o século XIX, foi possível compreender os três sistemas pós-aristotélicos que ele pretendia estudar. Isso porque, de acordo com o texto marxiano, trata-se das *filosofias da autoconsciência*. Essa breve afirmação abre caminho para compreender tanto a importância da influência hegeliana na leitura que Marx faz da filosofia de Epicuro quanto a relevância da tese em si e em relação com aquele projeto de escopo mais amplo porém nunca desenvolvido. Com efeito, o texto de 1841 serve a duas funções: apresentar a física de Demócrito e Epicuro em uma leitura comparada e servir como ponto de partida para uma análise mais ampla das filosofias helenísticas como filosofias da autoconsciência. As especificidades dessas questões são o objetivo de análise desta apresentação.

Palavras-chaves: Marx; Hegel; Autoconsciência.

***“abstractio non potest esse realis”*: A crítica de Durandus de St. Pourçain à noção de abstração**

Maria Clara Pereira e Silva
Doutoranda pela UNICAMP
CNPq

Orientador: Prof. Dr. Márcio Augusto Damim Custódio

Durandus de St. Pourçain (1270/5-1334) é conhecido por defender teorias originais em um momento no qual a ordem dos dominicanos procurava consolidar seu pensamento por intermédio da promoção dos ensinamentos de Tomás de Aquino (1225-1274). Durandus recebeu severas críticas à sua concepção de cognição como um processo intuitivo direto, sem intermediários. Para ele não é correto postular intermediários, obscuros e ineficientes, no processo de cognição humana. Sua compreensão sobre a cognição é constituída a partir da negação da noção de abstração como fundamental para o processo cognitivo. Para Durandus, a noção de abstração não é capaz de elucidar como a dicotomia entre corpo material e intelecto imaterial poderia ser superada sem a admissão de um contato entre ambos. A negação da noção de abstração é tão radical que culmina com a negação total do intelecto agente. Como o intelecto agente é afirmado devido sua função de abstrair, e Durandus nega a possibilidade de tal operação, a noção de intelecto agente é considerada supérflua: não existe intelecto agente compreendido como constituinte da alma humana, assim como também não existe um intelecto uno e separado da alma humana tendo como função informar a alma do homem com espécies inteligíveis abstraídas dos singulares. Para Durandus, o intelecto humano é capaz e suficiente para cumprir sua função de entender, sem que seja necessário assumir que seu entender seja causado pelo entender de outro intelecto ou que o intelecto humano deva ser compreendido, de modo real ou analítico, como constituído por um intelecto agente e um intelecto possível. O conhecimento, por sua vez, é definido como a relação de intelecção estabelecida entre um intelecto capaz de conhecer e um objeto capaz de ser conhecido quando presentes um ao outro.

Palavras-chaves: cognição; intelecto; intuição.

A Arqueogenealogia de Michel Foucault como método de produção de conhecimento

Maria Eugênia Almeida de Campos Guimarães
Mestranda pela Universidade Federal do ABC (UFABC)
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suze de Oliveira Piza

Ao analisarmos a *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault, percebe-se, de certa maneira, sua visão de conceber o pensamento histórico - e/ou fazer historiográfico. Há uma leitura corrente nos estudos sobre o filósofo às quais afirmam que o mesmo, nesta aula inaugural do Collège de France, já estaria, de certa forma, transitando para a chamada fase genealógica – da fase arqueológica - que se encontra presente em trabalhos como *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. De acordo com os mesmos comentadores, durante a fase arqueológica, Foucault estaria mais focado em analisar o discurso e a construção dos saberes no âmbito da modernidade e, já na fase genealógica, ele ocupa-se em entender o saber e a sua relação com o poder. No entanto, com a publicação mais completa de *Ditos e Escritos*, a noção no método arqueológico, independente do genealógico, nos mostra que tal concepção é de difícil sustentação. Parte da premissa de que o método criado por Foucault é uma arqueogenealogia visa explicitar a sua atuação e/ou contribuição em áreas das ciências humanas como a Filosofia e a História. Para tanto, a pesquisa da qual parte a seguinte comunicação, pretende analisar obras como *História da Loucura* (1961); *O Nascimento da Clínica* (1963); *As Palavras e as Coisas* (1966); *Arqueologia do Saber* (1969); os quatro volumes de *História da Sexualidade*; *Vigiar e Punir* (1975), além de aulas e cursos como *A Ordem do discurso* (1970), *O Poder Psiquiátrico* (1973 – 1974), *Os Anormais* (1974 – 75) e a *Hermenêutica do Sujeito* (1981 – 1982) – entre outras - com o objetivo de explicitar o método arqueogenealógico para que este seja usado como uma ferramenta de produção de conhecimento; e assim, contribuir com o fazer histórico-filosófico no âmbito acadêmico brasileiro. No entanto, esta comunicação pretende discutir o método arqueogenealógico em textos pertencentes à *História da Loucura na Idade Clássica* e *Vigiar e Punir*; além da aula ministrada no Collège de France em 14 de novembro de 1973, e do famoso texto *Nietzsche, Genealogia e a História*.

Palavras chaves: arqueogenealogia; genealogia; arqueologia; epistemologia.

A concepção de conflito psíquico na primeira teoria metapsicológica freudiana

MunIQUE Gaio Filla
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Soliva Soria

Desde as suas origens, a psicanálise de Freud amparou sua teoria das neuroses em uma noção de conflito psíquico, fundamentada no estudo da histeria, cuja etiologia consistia em traumas psíquicos sexuais, os quais mobilizavam a repressão de representações para fora da consciência e, conseqüentemente, produziam os sintomas histéricos. Tal atividade defensiva diante de representações sexuais adquiriu ainda o estatuto de mecanismo central para a formação das demais psiconeuroses, então denominadas psiconeuroses de defesa. No quadro da primeira teoria metapsicológica freudiana, é possível conceber o conflito psíquico do ponto de vista tópico como a oposição entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente/consciente, separados pela censura, correspondente ao embate entre princípio de prazer e princípio de realidade, respectivamente. Ainda neste esquema explicativo, os dois pólos em conflito consistiam na sexualidade e no eu, a primeira com suas representações inconciliáveis ao segundo, que executava a ação repressora. Havia, portanto, laços estreitos entre a sexualidade, o inconsciente e o princípio de prazer, de um lado, e entre o eu, a consciência e o princípio de realidade, do outro. Segundo esse jogo de forças, Freud qualificava não apenas os sintomas neuróticos, mas também as outras formações do inconsciente, por exemplo os sonhos e os atos falhos, como soluções de compromisso entre as representações sexuais reprimidas e as exigências defensivas do eu, na medida em que eram deformadas pela defesa a fim de serem admitidas na consciência. Mais tarde, em 1910, Freud concebeu o conflito psíquico para além do nível tópico, em seu nível dinâmico e econômico, postulando um suporte pulsional que explicava o que leva o eu a se opor a determinados grupos de representações e reprimi-las. Anunciava, assim, seu primeiro dualismo pulsional, a luta entre as pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação ou pulsões do eu, também designado pela oposição entre fome e amor. O eu, defensor dos interesses da autoconservação, era ameaçado pelas reivindicações das pulsões sexuais e se defendia delas pela repressão. O presente trabalho pretende explorar tal concepção de conflito psíquico em seu aspecto tópico, econômico e dinâmico e destacar alguns pontos de sustentação deste modelo, sobretudo a obrigatoriedade de uma fronteira nítida de separação entre o eu e a sexualidade e a necessária condição do eu caracterizar-se como instância deslibidinizada, representante da autoconservação, da consciência e da realidade, para a validação desta construção teórica.

Palavras-chaves: Conflito Psíquico; Freud; Eu; Sexualidade.

A noção de “corpo político” em Maquiavel

Natanailtom de Santana Morador

Doutorando pela FFLCH-USP

CAPES

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso

Recorrentemente encontramos, em *O Príncipe*, passagens nas quais Maquiavel estabelece uma analogia entre o corpo humano e o terreno da política. Assim como há males que acometem o corpo físico, haveria, da mesma maneira, males que assolam o “corpo político”, de tal modo que ambos nascem, crescem e perecem. Em um trecho dos *Discorsi*, a mesma analogia se repete: Maquiavel compara o corte da cabeça, para evitar que o mal se alastre pelo corpo humano, à necessidade de conter a corrupção em Roma, a partir da sua raiz, evitando assim que o mal avance pelo Estado. Ao que tudo indica, a ação política, para Maquiavel, deveria ser preventiva: conter a doença antes que ela se alastre pelo corpo, mesmo que para isso fosse necessário amputar um membro. Pensando em estratégias que pudessem garantir a conservação do Estado, Maquiavel toma como paradigma o governo de Roma: analisa a maneira como os romanos geriam a cidade e organizavam suas leis, de modo a purgar os males do Estado, mesmo que isso lhes custasse grandes sacrifícios por meio das guerras, da expansão territorial, da colonização, ou do assassinato de um cidadão que ousasse transgredir a própria condição e tornar-se um tirano, ou colocar o governo em risco. Neste sentido, ao governante caberia a ação imediata e cautelara, assim como os romanos a entendiam. É justamente essa compreensão de que o Estado assemelha-se a um corpo - sobre o qual incidem “humores” que podem ser nocivos ou salutares à “vida civil” – que parece cara para entendermos a concepção finita de política que encontramos em Maquiavel. Portanto, pretendemos, aqui, investigar de modo mais aprofundado o que o pensador florentino compreendia por “corpo político” e como esta compreensão nos ajuda a entender a “teoria dos humores” na filosofia política de Maquiavel.

Palavras-Chaves: Teoria dos humores; Política; Maquiavel

Hans Blumenberg e a natureza da metáfora

Nestor Reinoldo Müller

Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Christina de Souza

Ao considerar as imagens que expressam o pensamento racional, Blumenberg privilegiou, ao lado daquelas que servem à futura ou concomitante expressão conceitual, aquelas outras que continuam a guiar decisivamente o pensamento embora não possam ser traduzidas em conceitos. Com poucas exceções (como a obra de Vico ou as ressalvas de Kant), a filosofia moderna pretendeu afasta-las para o campo da Retórica. Desde sua infrutífera proposta, em 1958, de incluir as metáforas no grande projeto coletivo do “Dicionário Histórico da Filosofia”, até seu texto póstumo “A teoria da não conceitualidade”, Blumenberg manteve a questão da natureza das metáforas como um dos tópicos constantes entre seus multifacetados trabalhos. Já no “Paradigmas para uma metaforologia”, em 1960, a pergunta nuclear era esclarecer os pressupostos que dão às metáforas sua plena legitimidade na linguagem filosófica. Ao longo de alentados outros livros, consolidou-se o projeto de investigar - num procedimento de certo modo arqueológico - os estratos não conceituais das elaborações mentais humanas, nos quais também a filosofia não deixa de lançar raízes. Esta comunicação tem o objetivo restrito de descrever as grandes linhas do percurso dessa investigação e dela apresentar dois exemplos notáveis, a saber, primeiro, como Blumenberg lida com a contraposição entre Valéry e Wittgenstein acerca da natureza do inefável, e, segundo, como ele entende a metáfora do “inconsciente” em Freud.

Palavras-chaves: Blumenberg; metáfora; conceito; não-conceitualidade.

Bergson, Presença e Expressão: o problema da liberdade no *Ensaio*

Paulo Jorge Barreira Leandro
Mestre em filosofia pela UFPB
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Izilda Johanson

O presente trabalho surge com o intuito de apresentar o problema da liberdade como uma questão de re colocação da dimensão subjetiva e expressiva em Henri Bergson. Partindo do ponto central da duração como um tempo que dura, um *continuun* sem limitação do espaço metrificado se apresenta na subjetividade como constituinte da liberdade e assim como novas formas de expressividade e presença. Ao dissociar-se da noção de identidade do eu (cartesiano), a presença surge como estado de consciência da duração e instauradora de movimento como o do estado de *graça*. Considerando a graça como movimento da duração, que instaura pela beleza uma relação imediata tanto do artista consigo mesmo, que se cria ao mesmo tempo que realiza o movimento de graça, como de seu público que se conecta com o movimento da graça criadora de uma beleza durável instauradora do novo. Assim como o ato livre que se apresenta em Bergson como imprevisível, fluido, como aqui que passa em duração, a arte também se constitui como esse movimento imprevisível, durável e novo. Deste modo, a constituição do problema da liberdade em Bergson, no Ensaio sobre os dados imediatos da consciência, é um problema constituído de um eixo que é o problema do Tempo articulado à questão da subjetividade e da ação livre. Neste sentido, a arte surge como expressão desta ação livre no mundo e promotora da liberdade e de novas forma de percepção e de criação de uma consciência livre.

Palavras-chaves: presença; expressão; liberdade.

A estrutura da autoconsciência na teoria de Aron Gurwitsch: apresentação e crítica.

Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni
Doutorando pelo programa de Pós-graduação em Psicologia da Unesp/Assis.
FAPESP
Orientador: Prof. Dr. Danilo Saretta Veríssimo

O problema da automanifestação da consciência é central à fenomenologia. Apesar das inúmeras diferenças conceituais presentes no interior desta tradição, é consenso entre os autores que a autoconsciência é uma estrutura intrínseca da vida consciente. Toda consciência de um objeto é, necessariamente, consciência de si mesma- seja ela reflexiva ou pré-reflexiva. Aron Gurwitsch (1901-1973), importante interprete, colaborador e crítico da fenomenologia Husserliana, discute a questão da autoconsciência sob o pano de fundo de sua teoria do campo de consciência. O filósofo considera que a consciência possui uma estrutura complexa e de campo, formada por três dimensões, cada qual com sua organização específica. O primeiro domínio da consciência é o tema, que diz respeito ao foco da atenção ou ao objeto das atividades mentais do sujeito. No entanto, a consciência não se reduz à atencionalidade, haja vista que o tema se insere em um determinado contexto, que influencia diretamente sua apresentação. Esta segunda dimensão, o campo temático, mantém um vínculo estrito e direto com o tema. Por fim, Gurwitsch aborda a dimensão marginal da consciência, referente aos dados co-presentes, simultâneos à atividade temática, mas que, diferente do contexto temático, não nutrem relações de referência direta com o tema. Dados relativos ao ambiente perceptivo, ao fluxo de consciência ou a corporeidade são apreendidos o tempo inteiro de modo pré-reflexivo e não-temático por uma consciência marginal. A manifestação da consciência a si própria é um caráter intrínseco à experiência consciente, e, segundo Gurwitsch, integra o domínio dos dados marginais da consciência. Neste trabalho, investigamos o papel da autoconsciência na organização do fluxo de consciência e sua circunscrição à dimensão marginal, tal como efetuada por Gurwitsch. Como tarefa secundária, apresentamos dois contrapontos a sua abordagem “marginal”, oferecidos por Thomas Natsoulas e Dan Zahavi. O cotejo em relação à literatura fenomenológica contemporânea sobre o tema é essencial e nos fornece a hipótese de que o modelo de autoconsciência sustentado por Gurwitsch é insuficiente para descrever a natureza da automanifestação da consciência, pois pauta-se na clássica distinção sujeito-objeto cara à teoria da intencionalidade.

Palavras-chaves: Autoconsciência; Consciência Marginal; Aron Gurwitsch; Campo de consciência.

A metáfora da metáfora: Aristóteles, Nietzsche e o duplo estatuto dos *tropos* na linguagem

Rafael Hyertquist Bordini
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Francisco Prata Gaspar

Nesta comunicação pretende-se discutir a relação entre metáfora e linguagem a partir de duas perspectivas. A primeira delas está centrada na caracterização dada por Aristóteles, especificamente em sua *Poética* [1457b]. A referida passagem trata da sistematização do conceito de metáfora que perpetuou-se ao longo da história. Na referida passagem a metáfora é caracterizada como um artifício do discurso que consiste na transposição [*epiphora*] espacial de significado entre palavras de natureza diferente ou “estranha” [*allogrios*] baseadas em uma inversão da estrutura gênero-espécie ou por relação de analogia [*kata to analogon*]. A segunda perspectiva se dá a partir dos escritos de juventude de Nietzsche, fundamentalmente *Sobre verdade e mentira em sentido extra moral* e do *Curso de Retórica* [*Darstellung der antiken Rhetorik*], buscando-se indicar como Nietzsche se apropria da estrutura formal da noção de metáfora aristotélica, mas provoca uma torção dela, construindo uma metáfora do conceito de metáfora de Aristóteles para erigir sua tese. Para Nietzsche, a metáfora não é tão somente um artifício conscientemente empregado no discurso, tal como defendia Aristóteles, mas é a base de toda linguagem. Por fim, serão levantados os pontos de aproximação e de distanciamento entre as perspectivas abordadas, bem como as implicações epistemológicas da insólita relação entre linguagem e metáfora sustentada por Nietzsche.

Palavras-chaves: metáfora; linguagem; tropo; *epiphora*; *Übertragung*.

A espacialidade do corpo próprio na *Fenomenologia da percepção*

Rafaela F. Marques
Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon S. Moutinho

A presença da questão do espaço na filosofia de Merleau-Ponty é um fato atestado pelos dois capítulos existentes na *Fenomenologia da percepção*, além de outros textos e passagens em suas obras posteriores. Para empreender tal tarefa o autor se vale de alguns conceitos chave tanto para a questão quanto para sua filosofia como um todo: intencionalidade, experiência perceptiva, profundidade. Intenta-se, neste trabalho, esclarecer como a profundidade, enquanto a “mais existencial das dimensões”, em oposição à perspectiva, é a base que possibilita a compreensão da espacialidade. Vale ressaltar que as ciências, a geometria e mesmo a filosofia clássica, acreditam em uma espécie de espaço homogêneo em que as coisas, e os indivíduos, estão dispostos de maneira simultânea e tudo pode ser igualmente acessado sem problemas ou impedimentos. No entanto, em uma perspectiva fenomenológica, isso se apresenta como um equívoco, já que a “situação” é parte integrante de tudo o que pode-se conhecer ou perceber. Não há uma igualdade assumida entre as coisas dispostas no espaço, suas propriedades e valores, na verdade, variam de acordo com a intenção do sujeito, por exemplo. Sendo assim, a necessidade de contrapor a profundidade – seja ela nas obras de arte ou na vida ordinária dos homens – a uma suposta simultaneidade das coisas justifica-se enquanto empreitada fenomenológica. A fim de possibilitar tal tarefa será feita uma cuidadosa análise da motricidade do corpo próprio tendo como finalidade a exposição da intencionalidade motora – é nesse momento da *Fenomenologia* que o conceito de intencionalidade aparece pela primeira vez de forma contundente. Posteriormente, será esclarecida a impossibilidade de reduzir o mundo a uma a uma espécie de massa uniforme já acabada, ou “monde tout fait” como afirma Merleau-Ponty, à qual um sujeito de sobrevoo teria fácil acesso. Finalmente, ficará evidenciado o caráter originário da espacialidade, além da interdependência entre ela e a experiência perceptiva do corpo próprio. Neste último momento se fará necessária uma reflexão acerca dos “pontos de ancoragem” fornecidos pelo corpo, ou seja, as direções das coisas no mundo não são dadas diretamente, como o seriam em um suposto “espaço objetivo” – aquele das coisas dispostas simultaneamente.

Palavras-chaves: corpo; espaço; percepção; Merleau-Ponty.

O Espelho da Essência: natureza e devir segundo Schelling e Ravaisson

Rauan de Oliveira Luiz
Mestrando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques

A compreensão da natureza como um grande poema presente nas obras de Herder, Novalis e Schelling ressoa ainda no espiritualismo realista — ou positivista — de Félix Ravaisson. Por uma coincidência não fortuita diversas teses elementares da filosofia de Ravaisson convergem com a doutrina de Schelling que, segundo Ravaisson, foi o maior filósofo do século XIX. Durante sua estadia na Baviera, enquanto frequentava os cursos de Schelling na Universidade de Munique, o precursor do espiritualismo testemunha o intenso embate entre Schelling e os alunos de Hegel. Diante desse cenário, a França desprovida da hegemonia do hegelianismo resguardaria, segundo Ravaisson, um solo fértil para o desenvolvimento do projeto filosófico de Schelling. E com efeito, o espiritualismo de Ravaisson difundiu-se vigorosamente na França e reúne um considerável rol de autores estendendo-se até ao século seguinte na obra de Henri Bergson. Assim, Ravaisson não apenas reitera e difunde a filosofia de Schelling, mas também lhe confere prosseguimento. Isso é notável, em especial, em sua filosofia natureza, a qual acaba por confundir-se com a estética, visto que a natureza é a efetuação da beleza e, por conseguinte, um estudo do belo é igualmente um estudo da natureza. Para demonstrarmos essa íntima relação e a complementariedade entre as obras de Ravaisson e Schelling, apresentaremos sumariamente uma leitura conjunta da filosofia da natureza de ambos os autores e sua estrita relação com a arte.

Palavras-chaves: Naturphilosophie; arte; espiritualismo; ontologia.

A função social da Religião em Kant e Hegel

Rodrygo Rocha Macedo
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

O propósito da presente comunicação é expor quais as áreas e tópicos considerados por Immanuel Kant na obra *A religião nos limites da simples razão* são visitados por Hegel em seus *Escritos de Juventude*. A seleção das obras é motivada, em primeiro lugar, pelo recorte temporal, dado que *A religião nos limites* vem a ser publicada em 1794, um ano antes das datas dos textos saídos da pena de Hegel que tiveram a sorte de serem publicados. Uma vez que os “Fragmentos Republicanos”, a correspondência com Hölderlin e Schelling, os “Extratos de Leitura”, bem como a “Positividade da Religião Cristã” constam como escritos entre 1794 e 1796, é quase certo que as ideias e conceitos presentes nos seus textos resultem de um contato com a obra de Kant. Em segundo lugar, existe uma mutualidade de temas, visto que Kant e Hegel abordam, cada qual em suas produções do período, a relação entre a moralidade e a religião sob a perspectiva ora ética, ora teológica. Por último, em praticamente igual medida na obra dos filósofos selecionados, o papel da Igreja, enquanto instituição socialmente ativa que resulta de um sistema religioso, não pode ser um tema negligenciado ao pesquisador que se debruça sobre produtos escritos durante o idealismo alemão, uma vez que Kant escreve *A religião nos limites* antes de dedicar-se a temas políticos apresentados na *Paz perpétua*, *Doutrina do direito*, *Metafísica da moral* e *Princípios metafísicos da doutrina do direito*. Já Hegel se detém em temas de ampla base teológica durante suas primeiras exposições de ideias. Desse modo, a comunicação em comento tenciona, na primeira parte, fazer uma exposição em separado dos textos de Kant e Hegel, a partir de uma perspectiva que privilegie a intersecção entre Igreja, sociedade e Estado. Num segundo momento, será apresentado um esquema de tópicos em comum aos dois autores, a partir das produções acima selecionadas.

Palavras-chaves: Hegel; Kant; Religião; sistema social.

O problema da desordem no ocasionalismo de Malebranche

Sacha Zilber Kontic
Doutorando pela FFLCH-USP
FAPESP

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tessa Moura Lacerda

O *Tratado da Natureza e da Graça*, publicado por Malebranche em 1680, anuncia como seu principal objetivo justificar a sabedoria e a bondade de Deus frente aos pecadores, os monstros e às demais desordens. Assim, ao mesmo tempo em que apresenta pela primeira vez de forma sistemática e ampla o seu ocasionalismo, o oratoriano apresenta uma verdadeira teodiceia na qual a presença do mal no mundo deve ser compreendida a partir da noção de Deus como a única causa real, cuja vontade sempre eficaz é determinada a agir segundo as leis da natureza estabelecidas no instante da criação. No entanto, Malebranche diverge da tradição agostiniana, da qual sua filosofia é em muitos aspectos devedora, ao se recusar a negar uma positividade ontológica para o mal que percebemos no mundo criado e, ao contrário, afirmar que o mal percebido possui uma realidade própria e, portanto, deve ser de alguma maneira resultado da vontade divina. A presente comunicação busca compreender como Malebranche apresenta essa positividade do mal na criação a partir da noção de desordem, ou seja, daquilo que no mundo criado se opõe à Ordem que rege a razão divina e que, na medida em que é um ser, deve de certo modo sua existência à própria vontade divina. Ao lado do *Tratado*, tomaremos como base os escritos polêmicos da querela com Arnauld, nos quais a oposição de Malebranche à solução agostiniana e tomista do problema do mal se torna mais clara, assim como de que modo o estatuto fundamentalmente empírico da desordem não a torna menos real. Com isso almejamos mostrar o caráter fundante que possui a positividade do mal em relação ao ocasionalismo malebranchista, e que nos permitirá mostrar sua originalidade face tanto à tradição quanto às teodiceias que lhe eram contemporâneas.

Palavras-chaves: Nicolas Malebranche; Ocasionalismo; Desordem.

Heidegger e a significatividade do mundo: a articulação primária do sentido na perspectiva ontológica

Taciane Alves da Silva

Doutoranda em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

Na maior parte dos estudos fenomenológicos dedicados por Heidegger à estrutura do mundo, talvez uma das teses mais proeminentes seja a de que toda relação primária mantida pelo *Dasein* com o ente intramundano nunca coincide com a mera apreensão perceptiva de dados dos sentidos ou de objetos isolados, carentes de contexto e destituídos de significação. Não por acaso, no terceiro capítulo de *Ser e tempo*, Heidegger examina desde o início a experiência da existência cotidiana, orientada por ocupações imediatas, no mundo circundante (*Umwelt*). Neste âmbito, as relações concretas com os entes ocorrem em um nível imediato e sob a pressuposição de que sejam dados segundo um modo de ser determinado, isto é, de que sejam descobertos com uma significação específica e estejam situados em um contexto de remissões significativas. O exame do mundo circundante da existência cotidiana serve como ponto de partida para alcançar fenomenicamente a estrutura geral do mundo: a mundanidade (*Weltlichkeit*). Ao definir a estrutura e a função ontológica do mundo, Heidegger, no § 18 de *Ser e tempo*, declara que ele é a totalidade que estabelece e articula as relações de conformidade e de remissão que os entes mantêm entre si. Além disso, mundo também é o âmbito em que estão estruturadas e delineadas as possibilidades, projetadas pela existência humana, em vista das quais os entes podem adquirir sentido e significação determinados. Não obstante, é preciso considerar, e nisto consiste nosso objetivo, que, em sua função de determinar o ente segundo uma modalidade específica de ser, o mundo em si mesmo não se desvela como algo com sentido determinado, mas tão somente como uma estrutura ontológica condicionante de toda determinação significativa. Por isso, pretendemos analisar como a significatividade (*Bedeutsamkeit*) constitui a estrutura do mundo (SZ, 87), fenômeno com o qual a existência humana está sempre familiarizada. Ademais, almejamos explicitar em que medida o mundo, ao conduzir o ente à descoberta à custa de seu próprio encobrimento, permanece irreduzível a toda apreensão conceitual discursiva.

Palavras-chaves: Mundo; significatividade; sentido; ser; ente.

Intencionalidade e Subjetividade na Fenomenologia de Edmund Husserl

Tayrone Barbosa Justino Alves
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

O presente texto tem o objetivo de abordar os conceitos de intencionalidade e subjetividade nas *Investigações Lógicas* (1900/1901) de Edmund Husserl. Ambos são conceitos cruciais no pensamento do autor e também de toda tradição fenomenológica posterior. Num primeiro momento será tema de nosso trabalho uma caracterização da subjetividade tal como esta é desenhada nas *Investigações Lógicas*, em particular na quinta investigação, ou seja, uma instância que é capaz de visar objetos que a transcendem por meio de atos intencionais. A noção de intencionalidade enquanto propriedade que permite ao campo do subjetivo visar objetos que o transcendem é a principal articuladora na questão principal das *Investigações Lógicas*, a saber, “como o conhecimento pode transcender a esfera dos vividos psicológicos e atingir algo de objetivo?”. Em 1900/1901 esta caracterização é suficiente para dar conta do problema do conhecimento e sua validade objetiva. Contudo, a questão não estava inteiramente resolvida e pouco depois da publicação das *Investigações Lógicas* Husserl volta a se debruçar sobre este problema. O segundo momento de nosso trabalho visa esboçar quais os motivos que levaram Husserl a revisar o problema da relação entre subjetividade e transcendência, para tanto nos utilizaremos do texto *A Ideia da Fenomenologia* de 1907. A partir deste texto toda a configuração do problema inicial das *Investigações Lógicas* é alterada, principalmente através da operação radical da redução fenomenológica, o que implica mudanças profundas nos conceitos de subjetividade e intencionalidade.

Palavras-chaves: Fenomenologia; Subjetividade; Intencionalidade; Transcendência.

Uma análise jurídico-política da democracia liberal

Thiago Lemos Possas
Prof. Dr. da Faculdade São Luís

O presente trabalho almeja empreender um estudo sobre a configuração jurídica e política do regime democrático contemporâneo, construindo um panorama fático de sua realização concreta nas sociedades ocidentais, acompanhado de um levantamento teórico dos pontos de aproximação entre algumas das mais influentes teorias da democracia pós “virada schumpeteriana”, na década de 1940. A pesquisa também investigará a paradoxal convivência entre dois paradigmas de governo essencialmente díspares, aprofundando a investigação dos motivos que levaram à possibilidade de harmonia entre democracia e “estado de exceção” (Agamben; Bercovici; Valim), em tempos de hegemonia neoliberal. Por fim, este cabedal teórico será relacionado com a tentativa de compreensão da democracia brasileira atual, de seus elementos principais (o presidencialismo de coalizão, a presença endêmica da corrupção no sistema político-partidário, a participação política pós-1988 e a atuação dos movimentos sociais, entre outros), de sua crise recente, bem como dos legados a serem disputados (e compreendidos) das “Jornadas de Junho” de 2013. Em síntese, esta proposta de trabalho resulta da interdisciplinaridade entre o Direito (Teoria do Estado e Teoria da Constituição), a Ciência Política e a Filosofia Política, abarcando uma temática variada que pode ser situada em torno de três temas principais inter-relacionados: a) a configuração e a crítica da democracia liberal contemporânea; b) o “estado de exceção” como paradigma de governo; e, por fim, c) uma análise da democracia brasileira atual, mirando suas idiossincrasias e os últimos acontecimentos político-jurídicos que alteraram a sua conformação.

Palavras-chaves: Democracia liberal; Estado de Direito; Estado de exceção; Neoliberalismo; Democracia brasileira.

A definição bergsoniana de imagem

Vanessa de Oliveira Temporal

Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos/Université Jean Moulin - Lyon 3

CAPES

Orientadores: Prof.^a Dr.^a Débora Morato Pinto/Prof. Dr. Étienne Bimbenet

A questão da imagem em Bergson, e seu uso enquanto conceito, localizam-se, predominantemente, na obra *Matéria e Memória*. Ainda assim, não se pode deixar de notar sua aparição ao longo de sua obra como um todo, o que nos leva à pergunta pela evolução de seu papel no pensamento de Bergson. A importância conceitual das imagens restringe-se a *Matéria e Memória*? Qual é a função das imagens na economia geral da obra? Desde sua obra inaugural, o termo imagem é utilizado por Bergson, e, embora sem a pretensão de fundar explicitamente um campo fenomenal onde coisa e estado de consciência coincidam, já se refere a um caráter irreduzível da matéria, desempenhando um papel considerável na discussão sobre o sentimento estético e na análise transcendental que leva à constituição do número. Assim, propomos acompanhar mais detalhadamente o uso desse termo na primeira obra de Bergson, a fim de apreender as acepções que ele adquire e iniciar um acompanhamento de sua evolução ao longo de sua obra como um todo.

Palavras-chaves: Imagem; Consciência; Matéria; Campo fenomenal.

Imaginário e realidade na concepção sartreana da beleza

Vinicius Xavier Hoste
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
Órgão de fomento: FAPESP
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques

Na segunda parte da conclusão de *O imaginário*, Sartre afirma que a ideia de beleza é incompatível com a realidade perceptível, sendo, ao contrário, um valor exclusivamente imaginário. Nesse sentido, para se revelar, a beleza exige a nadificação do mundo e a aparição da consciência imaginante, já que aquilo que é belo só pode ser apreendido enquanto tal em um conjunto irreal, pois está isolado do mundo. De fato, a beleza aqui, mais do que imaginária, é uma qualidade estética, algo que pertence à arte, visto que esse conjunto irreal é justamente aquilo que, para Sartre, qualifica os objetos artísticos. Dito isso, é precisamente essa relação entre beleza, arte, percepção e imagem que pretendemos destacar neste trabalho, buscando na teoria do imaginário as explicações e implicações dessas escassas afirmações sobre a beleza. Para tanto, retomaremos alguns pontos cruciais da teoria sartreana da imagem. Primeiramente, tentaremos ressaltar a diferenciação entre perceptivo e imaginário. Em seguida, abordaremos a questão do *analogon*, mostrando como esse conceito, para além da diferenciação, revela uma relação entre percepção e imagem. Pretendemos ainda aprofundar essa relação, chegando, enfim, à questão da obra de arte. Por fim, procuraremos entender como cada uma dessas indagações reflete sobre a ideia de beleza, além de apontar ainda para duas considerações pouco exploradas nessa obra, a saber, a possibilidade de confusão entre realidade e beleza e a distinção entre beleza e moral, entre o estético e o ético.

Palavras-chaves: Beleza; Arte; Imaginário; Percepção.

Kant e a insociável sociabilidade como limite entre a antropologia fisiológica e a pragmática

Wagner Barbosa de Barros
Doutorando em Filosofia pelo PPGFil-UFSCar
CAPES
Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

Kant ministrou cursos sobre Antropologia entre os anos de 1772 e 1796. Desse período resultou a obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, a qual veio a público somente no ano de 1798, organizada pelo próprio filósofo. Nela Kant diferencia duas formas investigativas acerca do homem, a primeira é a antropologia fisiológica, que discorre acerca do que a natureza faz do homem, a segunda é a antropologia pragmática, que analisa o que o homem faz, pode e deve fazer de si mesmo. Pela observação pragmático-antropológica, se destaca a narrativa acerca da constituição de uma história universal do gênero humano, na qual os homens sobrepõem suas disposições animais e pela sua contínua formação – através da educação, do direito e da ética, por exemplo –, aprimoram suas capacidades racionais, se aproximando, como resultado, cada vez mais de sua finalidade. Uma das disposições que pode ser destacada neste inventário é a insociável sociabilidade, pela qual a natureza, utilizando de sua sagacidade, obriga o homem a formar-se como sujeito livre de sua história. Por meio dela o homem sente a propensão a se associar com seus semelhantes na mesma proporção que sente uma repulsa social desse agrupamento. O homem é, de acordo com Kant, compelido a sair de seu torpor e a “obter os meios de subsistência, de suas vestimentas, a conquista da segurança externa e da defesa [...], todos os prazeres que podem tornar a vida agradável, mesmo sua perspicácia e prudência e até a bondade de sua vontade tiveram de ser inteiramente sua própria obra”. O homem é, então, obra de si mesmo, na medida em que supera as disposições que o afeta constantemente, porquanto foi a maneira pela qual a natureza pudesse se certificar que alcançaria e aprimoraria ininterruptamente seu aprimoramento. Objetivamos, desta forma, apresentar uma reflexão sobre o local que a insociável sociabilidade toma no pensamento antropológico de Kant, buscando refletir sobre a relação que a antropologia estabelece com a história filosófica desenvolvida pelo filósofo.

Palavras-chaves: Kant; Antropologia; História.

O conceito de liberdade, na primeira parte do Contrato Social, de Rousseau

Wellington Anselmo Martins
Mestrando em Filosofia pela Unesp
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Monteagudo

Qual a noção de liberdade na filosofia de Rousseau? Para responder, é preciso compreender Rousseau a partir da diferenciação entre a liberdade natural e a liberdade social. Fundamentalmente, Rousseau declara que “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem” (ROUSSEAU, 1983, p. 27. Contrato Social). Mas é possível criticar uma possível contradição entre essas ideias de Rousseau sobre liberdade no livro Contrato Social e as suas posições sobre liberdade presentes em outros dos seus livros (SALINAS FORTES, 1976, p. 30. Da teoria à prática). Porém, ainda que em meio a essa sugerida incoerência, continua pertinente entender Rousseau como “aquele que descobriu o mundo da liberdade” (PRADO JR., 2008, p. 45. A retórica de Rousseau). Ou seja, é plausível ver sistematicamente no conjunto da obra rousseauiana o fio condutor da meditação sobre o ser livre (DERATHÉ, 1950, p. 365. Rousseau e a ciência política do seu tempo). Não só nos textos, mas até na vida pessoal de Rousseau é central a sua indignação com as máscaras e escravidão do mundo. E esta vivência é que impulsiona a sua filosofia: “no próprio testemunho de Rousseau, o escândalo da mentira deu impulso a toda a sua reflexão teórica” (STAROBINSKI, 1991, p. 17. A transparência e o obstáculo). Enfim, para Rousseau, “a liberdade é um instinto peculiar ao animal humano” (MONTEAGUDO, 2010, p. 65. Contrato, moral e política em Rousseau), um predicado antropológico, primordial quer no estado de natureza ou cultural, conforme é possível ler no livro primeiro da obra Contrato Social.

Palavras-chaves: Liberdade; Contrato social; Rousseau.